RESUMO EXECUTIVO DA ATA

5ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 2019

Data: 14 de novembro de 2019
Horário: 9h00min
Local: Auditório da Secretaria da Habitação - Rua Boa Vista, 170 - 15º andar - São Paulo.

Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:

SEGMENTO ESTADO

Luiz Fernando Carneseca	DAEE – Secretário Executivo CBH-AT
Laura Stela N. Perez	SIMA
Seica Ono	DAEE
Luis Sérgio O. Valentim	Secretaria da Saúde
Roberto Teruo O.	Secretaria da Agricultura e Abastecimento
Monica Therezinha Rossi	Secretaria da Habitação
Jefferson A. Smario	Casa Militar
Geraldo Gama	IPT

SEGMENTO MUNICÍPIOS

Marcus V. de Almeida e Melo	Mogi das Cruzes – Presidente CBH-AT
Daniel Teixeira de Lima	Mogi das Cruzes
Jumara M. Bocatto	Embu Guaçu
Marcelo Rodrigues da Motta	Itapecerica da Serra
Nilson C.	Francisco Morato
Reginaldo P. Lima	Caieiras
Adolfo J. R. de Almeida	Biritiba Mirim
p/ Natacha Nakamura	Suzano
Murilo Andrade Valle	Santo André
p/ Sérgio	Mauá

SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL

Amauri Pollachi	APU-SABESP–Vice-Presidente CBH-AT

MINUTA

Melissa C. P. Graciosa	UFABC
Jaqueline A. B. Fernandez	UNIFESP
Cristiane L. Cortez	FECOMERCIO
Ricardo de Aguiar Quadros	CIESP – Alto Tietê
Hillmann C. H. Albrecht	CIESP - Cotia
José C. Sousa Lima	AEARP

INTEGRANTES CONVIDADOS

André Gustavo de A. Geraldes	OAB- São Paulo
Leandro Henrique F. Leme	Ministério Público do Estado de São Paulo

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Gerson Salviano de A. Filho	IPT
Luciomar S. Werneck	ABES

MINUTA

1. Abertura. O Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê-CBH-AT, e Prefeito de Mogi das Cruzes, Marcus Vinícius de Almeida e Melo abriu a reunião agradecendo a presença de todos.

2. Leitura, discussão e votação da Ata 4ª Reunião Plenária de 2019, realizada em 25 de setembro de 2019. Aprovada por 16 votos favoráveis e 3 abstenções, considerando a grafia correta para a sigla CFB-Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade e a partir da linha 390 que a Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade é a Coordenadoria da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente que trata da fiscalização ambiental e é responsável pela fiscalização integrada em APRM. Retirado o termo "apreço preventivo" nas colocações do Vice-presidente sobre as ações de fiscalização integrada. Reiterado que a Deliberação CBH-AT 81, foi aprovada por maioria, com votos contrários, indicando assim empreendimentos em segunda chamada, e que na ocasião José Lima (AEARP) votou contrário.

3. Expediente, Comunicações e Ordem do Dia. Expedientes disponibilizados no site do sistema SIGRH. Amauri Pollachi Vice-Presidente do CBHAT solicitou para a próxima reunião evento comemorativo celebrando o 25º aniversário do Comitê. Que o Projeto de Lei 233 da ALESP sobre alterações na Lei específica Guarapiranga teve Substitutivo com base na Nota Técnica elaborada pelo Comitê, conforme também debatido na última reunião plenária do Comitê, "nossa atuação resultou na alteração do PL, mais favorável aos objetivos de preservação da Guarapiranga." Solicitou para que na próxima reunião ocorra apresentação da SABESP sobre a situação de abastecimento dos mananciais, incluindo as perspectivas para os próximos meses.

4. Informes. Apresentação do empreendimento Delimitação de Áreas de

MINUTA

Restrição e Controle da Captação e uso das Águas Subterrâneas da Bacia Hidrográfica do rio Baquirivu-Guaçu e porção sedimentar do entorno leste, municípios de Guarulhos e Arujá. O inteiro teor, assim como demais temas, são registrados nas notas de taquigrafia compondo o inteiro teor da reunião. José Luiz Albuquerque Filho (IPT) apresentou, em síntese, esclareceu que: "esse tipo de Deliberação assusta um pouco por falar de restrição e controle, [...] que vai dificultar a atividade ou o abastecimento humano, então temos trabalhado bastante com a lógica, se no meio do caminho, verificarmos que a coisa não é tão feia, como se pintou inicialmente, vamos redirecionando, procurando interpretar, e até mesmo as próprias denominações conceituais e tudo, para já suavizar. E foi o caso na região." O estudo realizou diagnóstico da quantidade das águas subterrâneas, apresentando também como produto mapeamento do Perigo à Contaminação das Águas Subterrâneas por Fontes Pontuais e Difusas. Catalogaram, considerando cadastros anteriores, 416 poços, esclarecendo que se tratava de um número bem abaixo da quantidade real, porque muitos poços não são oficiais. Considerando por unidade, no geral há bastante água subterrânea, com alguns conjuntos de bairros superando o valor de referência na disponibilidade, o que devem ser encarado como instrumento de gestão, trabalhando para não evoluir pontualmente. Disse: "[...] agora, se quisermos mapear casos mais críticos para monitorar e medir continuamente talvez seja o caso naqueles locais e não na bacia como um todo." O levantamento, análise e avaliação integrada de dados e informações obtidas permitiram consubstanciar a caracterização hidrogeológica e hidroquímica. Verificou-se que não existem situações expressivas de superexplotação ou de perigo de contaminação dos aquíferos com alteração da qualidade natural das águas subterrâneas na bacia do rio Baquirivu-Guaçu, que inclui partes dos municípios de Guarulhos e Arujá. O

MINUTA

cenário não é crítico quanto à qualidade e nem tampouco em relação à quantidade dos recursos hídricos subterrâneos. A partir do conhecimento atual que se tem da bacia hidrográfica do rio Baquirivu-Guaçu nessa região, pode-se dizer que se trata de um bom aquífero para uso de abastecimento público e, em situações de crise hídrica, a utilização das águas subterrâneas é uma boa alternativa. Recomendações (i) as medidas de controle da qualidade da água referem-se àquelas que protegem o usuário de uma eventual contaminação do aquífero. Assim, as áreas identificadas com níveis maiores de perigo são aquelas onde há maior possibilidade de ocorrência de contaminações do aquífero; (ii) os estudos serão úteis para os órgãos gestores de recursos hídricos adotarem medidas de proteção ao aquífero, identificação de poços ilegais e sua regularização, bem como ter campanhas de conscientização sobre os problemas; (iii) para orientar e estimular usuários para a instalação de dispositivo para amostragem em local adequado, bem como a definição de perímetros de proteção de poços; (iv) tamponamento de poços que foram cadastrados e que se encontram desativados, caso os mesmos não possam ser aproveitados na rede de monitoramento e (v) programas sistemáticos de melhora do conhecimento hidrogeológico e dos efeitos do uso e ocupação do solo na qualidade. Na participação do plenário, também foi levado em consideração as semelhanças com a área contaminada Jurubatuba, José Luiz respondeu: "o estudo de Jurubatuba foi mais detalhado, focado, inclusive acho que é bem menor do que essa, aqui fizemos estudo mais geral, procurando verificar o que poderia acontecer, chegar na situação de restrição. Só que o Jurubatuba foi mesmo um estudo confirmatório, avaliamos, chegamos nesse nível de perigo, apesar de ter encontrado pontos, merece atenção nesses locais não configurando uma área concentrada grande como Jurubatuba [...]

MINUTA

recomendamos a gestão no sentido de verificar e acompanhar, conhecer mais. Nosso estudo era da primeira suspeita, não indicamos que mereça, pelo menos no caráter geral, merece estudar os que foram encontrados." Como encaminhamento o Comitê, através da Secretaria executiva estabelecerá diretrizes para a retomada de atividades da Câmara técnica de águas subterrâneas, convidando José Luiz para os trabalhos.

5. Deliberação. O Presidente constou a existência de quórum e colocou em apreciação **(5.1) Deliberação CBH-AT n° 85, de 14 de novembro de 2019, que aprova a indicação de empreendimentos ao FEHIDRO, em terceira chamada.** A Profa. Camila Arantes (UFABC) Coordenadora GT Investimentos-GTI apresentou, considerando inicialmente que, de forma geral, o resultado da Deliberação que aprova a indicação dos empreendimentos, assim como a realização do Plantão de Dúvidas aos tomadores, foram bons, mas constataram que realmente precisam se aproximar mais dos proponentes e oferecer maior apoio.
Esclareceu que devido ao curto período entre a segunda e a terceira chamada não chegaram ao consenso "estamos com dois entendimentos, pelo período de dez anos de no mínimo 50% dos recursos de investimentos da cobrança para área de mananciais. Consideramos o segundo cenário na soma primeira, segunda e terceira chamada, o montante não atende no ano 2019. No segundo cenário teríamos que retirar alguns empreendimentos habilitados para chegar a esses 50%. Temos as duas situações." Luiz Fernando Carneseca, Secretário-executivo do Comitê, disse que com a Deliberação em tela atingiriam 52% contemplando a legislação e ainda poderiam, por exemplo, estabelecer como critério para a próxima Deliberação que todos os projetos a serem apresentados contemplassem as áreas de mananciais. O Vice-presidente disse que seria fundamental a

MINUTA

aplicação para cada ano, não no conjunto, até porque a tendência do Comitê é pela não aplicação de recursos em área de mananciais. Camila disse que eram perceptíveis as dificuldades para a aplicação dos recursos, para que não ficassem parados no Agente financeiro, "precisamos do envolvimento do Comitê como um todo para minimizar isso, e se a preocupação é com os investimentos em área de mananciais, precisamos provocar observando o que essas regiões precisam, indo até essas comunidades. O Comitê pensando esses projetos." Assim, solicitou o apoio de todos, incluindo o comparecimento nas reuniões da Câmara técnica, não só para análise dos pleitos como para as discussões da Câmara, considerando também o baixo comparecimento dos membros do Comitê nessas reuniões. Laura Stela (SIMA) manifestou que deveriam ter tomado tal cuidado quando indicaram as ações prioritárias para serem financiadas em 2019. Deveriam criar novos critérios para as próximas Deliberações. João Ramos (Embu-Guaçu) disse: "O que se interpreta do Artigo 3º da Disposição Transitória é pelo período oriundo dos investimentos da cobrança [...] portanto nesse cenário de interpretação lógica na área jurídica permite entender que é por ano [...] A responsabilidade é da mesa naturalmente, a decisão, mas corremos o risco de decidir algo que não temos competência técnica, legitimidade para decidir. O corpo jurídico específico poderá dizer." Poderia ser aprovado, com ressalva. O Presidente considerou sensato e, como resguardo, aprovada a Deliberação, também providenciar o devido condicionante legal. Daniel T. Lima (P.M de Mogi das Cruzes) solicitou que ficasse registrado "estamos com o dinheiro público, no momento está muito difícil qualquer captação, ainda mais para fazer investimentos, direta ou indiretamente nos mananciais. Segundo, quando falamos de interpretação jurídica, como o caso, barrar qualquer tipo de investimento em uma pretensa ação, ou receio, acabamos

MINUTA

não fazendo nada, e aqui ninguém está sendo irresponsável, muito pelo contrário, todos temos responsabilidades, lidamos diariamente no setor público, até porque só fazemos o que a Lei nos permite. De novo estamos esbarrando em vírgulas da Lei e esquecendo o espírito da Lei, isso está acontecendo direto aqui no Comitê [...] e com isso estamos impedindo investimentos." O Secretário executivo demonstrou preocupação com o alto número de projetos inabilitados e convidou todos para uma profunda reflexão, certamente encontrariam falhas no processo. Também deixou claro seu reconhecimento pelo grande esforço de todos os envolvidos na análise dos projetos pelas Câmaras técnicas, além de considerar que o Comitê como um todo, não poderia deixar de levar em consideração o alto número de projetos inabilitados e a consequente não utilização dos recursos. Camila concordou, dizendo os membros da Câmara tiveram a mesma sensação e ciência, porém, no contexto do processo, seria preciso levar em consideração um ano excepcional que teve análise de projetos para três chamadas "acho muito bom que a plenária tenha essa percepção para não termos tantos problemas em uma próxima chamada." Hélio Suleiman (FABHAT) considerou bem clara a necessidade de repensar o processo como um todo, já tinham conhecimento dos problemas, deveriam se concentrar nas soluções, e se comprometeu em levar as propostas do Comitê, consensuadas, promovendo o debate e possíveis alterações para a melhoria do processo, junto à Coordenadoria.

O Presidente teve que se ausentar para atender compromissos inerentes ao cargo de Prefeito de Mogi das Cruzes. O Vice-presidente colocou em votação a Deliberação, com correção na data do item 12: 02/10/2019; e o sentido da redação do Artigo 1º-Ficam indicados para contratação ao FEHIDRO com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos os

MINUTA

empreendimentos de 1 a 16 e com recursos oriundos da Compensação Financeira o empreendimento 17, conforme consta no Anexo I. Tal proposta foi eleita pelo plenário, indicando os empreendimentos constantes no Anexo I da Deliberação. Foi aprovada por 15 votos, com 2 abstenções. A proposta que indicou 21 empreendimentos recebeu 2 votos. João Ramos solicitou encaminhamento para o jurídico esclarecer o debate sobre a questão dos 10 anos, no que o Vice-presidente disse "que o Comitê por meio da Secretaria executiva, deve solicitar parecer jurídico para dar sustentação na interpretação do Artigo 3º respondendo se deve ser atendido a cada ano ou no período total de 10 anos. [...] entendido que os empreendimentos que não estão aprovados agora para indicação já estão previamente inscritos para o próximo processo seletivo, desde que atendam aos requisitos presentes naquele processo." Daniel Teixeira, pelo município de Mogi das Cruzes, solicitou também constar que foi dada a sugestão de consulta ao jurídico, para ficar condicionado.

6. Outros assuntos. Marcelo Rodrigues da Motta (P.M Itapecerica da Serra) reiterou aos municípios a necessidade de participarem das reuniões dos Subcomitês, inclusive porque os Subcomitês são importantes enquanto articuladores regionais dos municípios, e o Vice-presidente solicitou esforços da Secretaria Executiva convidando todos para participarem nos Subcomitês. Conforme questionado por Jumara Bocatto (P.M Embu Guaçu) e João Ramos a Secretaria executiva deve solicitar esclarecimentos junto à Coordenadoria sobre a participação da EMPLASA no Comitê, e sobre os recursos do Comitê tomados para execução de projeto. Melissa Graciosa (UFABC) informou que a Universidade está pleiteando a tutela de parte desse acervo, porém o processo não é tão simples. José Lima (AEARP) solicitou enviar para todos os membros do Comitê o documento que enviou

MINUTA

para o Grupo de Trabalho que tem como objetivo reativar os Subcomitês. O Secretário propôs para a próxima reunião plenária que os Coordenadores de Câmaras técnicas relatem as atividades ocorridas durante o ano, juntamente com a proposta de trabalhos para o ano vindouro. Ricardo Quadros (CIESP-Alto Tietê) apresentará relatos sobre a participação do Comitê no XXI ENCOB.

Na finalização dos trabalhos foi comunicado o falecimento e, prestadas as devidas homenagens, para Paulo Romera, CTH/DAEE, por seus relevantes serviços prestados ao CBH-Alto Tietê e aos municípios da bacia.

Tendo sido cumprida a pauta e não havendo mais assuntos o Vice-Presidente agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião. Esta Ata é resumo dos registros das notas taquigráficas que compõe a Ata completa contendo o inteiro teor desta reunião e, foi elaborada pelo Taquígrafo Dartan Gravina, com revisão da Secretaria Executiva do CBH-AT.

Marcus Vinícius de Almeida e Melo
Presidente do CBH-AT

Luiz Fernando Carneseca
Secretário Executivo do CBH-AT

MINUTA